

# DITADURA MILITAR E REFORMISMO NO PERU (1968-1975)

**Lúcio Flávio Vasconcelos<sup>1</sup>**

*La poesía es  
un relámpago maravilloso,  
una lluvia de palabras silenciosas,  
un bosque de latidos y esperanza,  
el canto de los pueblos oprimidos,  
el nuevo canto de los pueblos liberados.*  
Javier Heraud<sup>2</sup>

## **Introdução**

O ano de 1959 foi um divisor de águas na história política da América Latina. Nesse ano, guerrilheiros cubanos, comandados por Fidel Castro, ocuparam Havana e assumiram o controle do país. A partir dessa data, um novo governo, comandado por jovens rebeldes, entre eles Raúl Castro, Fidel Castro, Camilo Cienfuegos e Ernesto “Che” Guevara, começou a colocar em prática no continente latino-americano uma experiência socialista a poucos quilômetros de distância da maior potência capitalista do planeta: Estados Unidos da América.

Com a revolução em marcha, o exemplo cubano começou a angariar adeptos em todo o continente. Milhares de jovens, motivados pelo desejo político de transformar o mundo mediante a implantação do comunismo, passaram a organizar a luta armada, treinar, combater, matar e morrer em nome da revolução socialista. Durante as décadas de sessenta e setenta, na maioria dos países da América Latina, surgiram focos guerrilheiros inspirados na guerrilha de Sierra Maestra<sup>3</sup>.

A reação das classes dominantes latino-americanas e do governo norte-americano foi imediata. Seus interesses econômicos, políticos e sociais estavam ameaçados. As propostas de reforma agrária, nacionalização de empresas estrangeiras e maior participação política das classes trabalhadoras eram encaradas como “bandeiras comunistas”. A disputa pela hegemonia do mundo entre a União Soviética e os Estados Unidos alcançara o continente, com a ameaça de “cubanização” dos países latino-americanos.

A partir dos anos sessenta, a Doutrina de Segurança Nacional, formulada pelo Pentágono, passou a ser difundida nas academias militares latino-americanas. O inimigo não estava mais nas fronteiras nacionais. O adversário principal passou a ser o “inimigo interno”. Partidos comunistas e socialistas, sindicatos, associações de moradores e entidades estudantis abrigavam os “subversivos” a serem combatidos e exterminados<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. E-Mail: <lucioflaviovasconcelos@yahoo.com>.

<sup>2</sup> Poeta e guerrilheiro peruano, morto em combate nas florestas peruanas em 1963, aos 21 anos de idade.

<sup>3</sup> CASTANEDA, Jorge G. *Utopia desarmada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 39-40.

<sup>4</sup> AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002, p. 73.

Foi dentro desse contexto de polarização política no continente latino-americano que ocorreu a experiência do reformismo autoritário peruano. Esse artigo pretende analisar como se deu o processo de práticas reformistas durante a vigência da ditadura militar peruana, sob o governo do general Velasco Alvarado (1968-75), e suas consequências sociais, políticas e econômicas para a sociedade peruana.

### **Luta camponesa, guerrilha e o golpe militar de 1968**

No início da década de sessenta, existiam no Peru quatro grandes organizações camponesas em pleno funcionamento. A Federação de Camponeses do Peru (FENCAP), vinculada ao partido APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), tinha forte presença nas zonas agrícolas da costa norte. A Confederação dos Camponeses do Peru (CCP), orientada por várias tendências de esquerda e com influência sobre o campesinato de Cuzco, Ayacucho e Lima. A Federação do Centro (FC), que agrupava as comunidades agrícolas do vale de Montano (Serra Central), sem identificação ideológica definida. Por último havia a Frente Sindical do departamento de Puno, controlada pelos irmãos Cárceres, comerciantes locais com origens na política tradicional<sup>5</sup>.

Estas organizações, que já existiam há vários anos, não conseguiam atuar conjuntamente. As rivalidades políticas dificultavam as ações coletivas. Muitas vezes os camponeses agiam em suas regiões espontaneamente, em busca de terra e melhores salários. Os enfrentamentos desfavoráveis com as forças repressivas do governo e as guardas privadas dos grandes proprietários de terra demonstravam a fragilidade na organização do movimento, em consequência da desarticulação no âmbito nacional.

Com a radicalização da reforma agrária cubana, ocorrida após a revolução de 1959, a luta pela terra recrudesciu em toda a América latina. No Peru, a partir de 1963, o processo de recuperação de terras generalizou-se por todo o país. Sob o lema “*Tierra o Muerte*”, mais de 300 mil *comuneros*<sup>6</sup>, colonos e trabalhadores rurais passaram a ocupar as grandes propriedades, inclusive aquelas consideradas produtivas. Alegando que uma “revolução castrista” estava em andamento, os latifundiários peruanos passaram a exigir do governo que fossem acionados os mecanismos repressivos.

Pressionado pelos acontecimentos no meio rural, o presidente Belaúnde Terry, do partido AP (Ação Popular) que havia ganhado a eleição com uma plataforma reformista, enviou ao Congresso uma lei de reforma agrária, na tentativa de pôr em prática uma de suas promessas. A aliança política dos partidos APRA e UNO (União Nacional Odrista) detinha maioria no parlamento. Por serem opositores ferrenhos de Belaúnde, desencadearam uma violenta campanha pela imprensa

---

<sup>5</sup> Os irmãos Néstor Cáceres Velasquez e Roger Cáceres Velasques pertenciam a uma família tradicional da região. O pai, Enrique Cáceres Gonzáles, foi alcaide de da cidade de Juliaca. Juntos, os irmãos Cáceres estudaram direito nas Universidad Nacional de San Agustín e fundaram a Frente Nacional de Trabajadores y Campesinos (FNTC). Foram eleitos deputados e exerceram vários mandatos. Ver: DEW, Edward. *Politics in the Altiplano: the dynamics of change in rural Perú*. Austin, TX: The University of Texas Press, 1969, p. 140-168.

<sup>6</sup> Denominação peruana para os camponeses membros das comunidades agrícolas ou pastoris

acusando o governo de ser o responsável pelas invasões de terras, através da Cooperação popular, órgão estatal criado pelo governo para efetivar a reforma agrária. No congresso peruano, a lei de reforma agrária foi profundamente alterada. Seu conteúdo reformista foi esvaziado.

Impossibilitado politicamente de minimizar o problema agrário no país, o governo de Belaúnde iniciou seu mandato com sua imagem reformista desgastada. O crescente movimento camponês não confiava no poder executivo, percebendo que só a ação independente poderia desencadear concretamente um amplo processo de reforma agrária. Ao mesmo tempo, os grandes proprietários e as empresas internacionais passaram a pressionar o governo para que fossem tomadas medidas repressivas enérgicas para barrar a ascensão do movimento camponês. A luta pela terra alcançou profunda radicalização.

As vacilações da política aprista quanto ao papel do partido na dinâmica das lutas sociais em curso, além da aliança conservadora entre a APRA e o UNO no parlamento, deixaram evidentes os reais interesses dos líderes da APRA nos constantes pactos políticos com os setores conservadores: desgastar o governo reformista de Belaúnde visando derrotá-lo na eleição presidencial de 1969.

Quanto ao PCP (Partido Comunista Peruano), sempre fiel à linha política traçada por Moscou, lançava-se a acordos com aqueles partidos que acenassem com bandeiras reformistas não radicais e oferecessem a legalidade partidária longamente almejada. Muitos jovens de esquerda, desiludidos com as práticas do PCP e da APRA, e inspirados no exemplo cubano, decidiram formar focos guerrilheiros no interior do país.

O MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria) surgiu como uma facção de esquerda desmembrada da APRA. Dirigido por Luis de la Puente Uceda, esse grupo organizou-se, inicialmente, como Comitê de defesa dos Princípios Apristas e da Democracia Interna, em 1959, ano da Revolução Cubana. Em 1960, Uceda lançou um manifesto radical, criticando a direção do partido na condução das lutas sociais, formando um partido autodenominado APRA-Rebelde. Pouco tempo depois, o APRA-Rebelde seria a base do MIR.

O ELN (Ejército de Libertación Nacional) foi formado por dissidentes da linha política do Partido Comunista Peruano, após o XX Congresso do PCURSS, ocorrido em 1956, quando surgiram as críticas ao stalinismo. Os membros do ELN foram arregimentados principalmente na juventude do PCP, seguimento fortemente influenciado pela Revolução Cubana. Tanto o MIR quanto o ELN também recrutaram jovens esquerdistas universitários que não estavam vinculados a partidos políticos.

Em 1965, quando a campanha guerrilheira foi lançada, o cenário das lutas sociais no campo havia se modificado. Se a partir de 1960 o movimento camponês se expandira, culminando nas ocupações de terras em 1963, com a repressão policial e o boicote parlamentar à reforma agrária, o movimento arrefeceu. Nesse período de implantação dos focos guerrilheiros, as lutas camponesas registradas nos vales de La Convención y Lares, lideradas por Hugo Blanco<sup>7</sup>, já haviam sido

---

<sup>7</sup> Hugo Blanco nasceu em Cusco, em 1935. De formação política trotskista, foi eleito presidente

destruídas. Em outras palavras, o movimento camponês estava em pleno refluxo, pois fora atingido duramente em suas bases.

Desde suas primeiras ações de combate, a guerrilha foi ignorada pelo governo de Belaúnde. Mesmo com as denúncias da existência dos focos guerrilheiros, divulgadas pelo importante jornal *La Prensa*, o governo continuava afirmando que não passava de grupos de ladrões de gado atuando na região. Em maio de 1965, a frente guerrilheira realizou operações que resultaram num ataque a uma mina – para obter dinamite – e a uma fazenda. As pressões dos setores conservadores aumentaram e o governo teve que reconhecer a real dimensão do movimento.

Inicialmente, para reprimir os rebeldes foram utilizadas tropas da Guarda Civil. No dia 22 de junho de 1965, os guerrilheiros emboscaram uma coluna de policiais e deu-se um forte combate. Nove policiais, entre eles o major que os comandava, foram mortos e 12 caíram prisioneiros. Diante do fortalecimento da guerrilha, o jornal *La Prensa* e a coalizção política APRA-UNO desencadearam uma campanha publicitária e parlamentar com o objetivo de que o governo enviasse as Forças Armadas para reprimir os rebeldes.

O governo Belaúnde estava debilitado. Sem apoio popular, em razão do fracasso das reformas prometidas, acossado pelos setores conservadores através da aliança política APRA-UNO, não poderia enfrentar uma desgastante campanha contra as forças guerrilheiras, contando apenas com policiais despreparados e mal armados. Diante deste quadro político, Belaúnde Terry deu ampla liberdade aos militares para atuarem na repressão aos guerrilheiros.

Tanto os Estados Unidos quanto a burguesia peruana deram total apoio aos militares. O governo norte-americano concedeu um crédito especial de três milhões de dólares para as Forças Armadas peruanas. Também enviou, como conselheiros militares, vários oficiais com experiência de combate antiguerrilha no Vietnã. Além disso, documentos comprovam que um porta-aviões dos Estados Unidos ancorou nas imediações do porto de Talara, com 2.500 fuzileiros navais prontos para entrarem em combate.

A atuação política da burguesia peruana foi enérgica. A coligação APRA-UNO aprovou uma lei que estabelecia como “traição à pátria”, qualquer envolvimento de apoio à guerrilha. A penalidade seria a morte. Como se não bastasse, a coligação APRA-UNO sancionou a emissão de bônus no valor de 200 milhões de soles (7,5 milhões de dólares), para financiar as operações militares. Rapidamente os bônus foram vendidos a várias associações financeiras e grandes corporações peruanas e norte-americanas. Pedro Beltrán, proprietário do jornal *La Prensa*, adquiriu um milhão de soles em bônus. Com recursos internacionais e nacionais, a máquina de repressão começou a atuar.

A campanha antiguerrilheira durou poucos meses. Enfrentando forças militares numerosas e bem equipadas, além de não contar com apoio logístico entre os camponeses, os focos rebeldes foram duramente aniquilados. Em 8 de outubro

---

da Federación Provincial de la Convención, em abril de 1962, quando o movimento camponês começou a invadir as grandes fazendas. Com o golpe militar de 1968, saiu da cadeia e passou a apoiar a ditadura do general Velasco Alvarado.

de 1965, caiu a primeira frente guerrilheira, que atuava na região de Mesa Pelada. Duas semanas depois foram mortos Luis de la Puente Uceda e Victor Tupayachi, dirigentes do MIR. Em 17 de dezembro, o pequeno grupo liderado pelo poeta Javier Heraud foi dizimado. Em 7 de janeiro, o rebelde Guillermo Labatón foi morto. Quatro dias após, seu grupo foi fuzilado. A guerrilha peruana havia chegado ao fim<sup>8</sup>.

Encerrado o capítulo da luta antiguerrilheira, fortes preocupações passaram a ocupar as reflexões da cúpula militar. Apesar da rapidez com que foram aniquilados os focos rebeldes, os oficiais ligados aos órgãos de inteligência das Forças Armadas chegaram a conclusões inquietantes. A luta contra um reduzido número de guerrilheiros forçou a mobilização de milhares de soldados das três armas e um custo material de grandes proporções.

Além disso, foi necessária a ajuda do governo norte-americano em dinheiro e conselheiros. Para os oficiais nacionalistas, ficou evidente a dependência estratégica do país. Somado a isso, mesmo frágil, o incipiente apoio dos camponeses aos grupos guerrilheiros indicava que, caso a luta se prolongasse, os custos operacionais poderiam ser muito maiores.

De acordo com as análises dos militares, a miséria e exploração secular das comunidades camponesas propiciavam ambiente favorável ao surgimento de novos grupos guerrilheiros. E, para evitar o mal maior, representado pela implantação do regime comunista, seria necessária a realização de reformas estruturais.

### **Conspiração Militar**

Encerrado o período de repressão contra a insurgência dos grupos guerrilheiros, o governo Belaúnde entrou numa nova fase. A oposição de setores conservadores ao governo adquiriu mais fôlego, pois o “perigo comunista” havia sido afastado, pelo menos temporariamente. Esta oposição desencadeada pelas classes dominantes deu-se em consequência da crise econômica que assolava o país.

O governo Belaúnde, desde o seu início, havia estruturado sua política econômica baseada em crescentes gastos públicos, causando assim constantes déficits. Isso ocorreu em consequência da pressão social dos setores médios e populares. Assim, segundo dados publicados por Cotler<sup>9</sup>, durante o governo do general Odría (1948-1956), o gasto público girava em torno de 8%. Durante a presidência de Manuel Prado (1956-1962), alcançou 9%. No primeiro ano de administração de Belaúnde, atingiu 11,5% e foi a 16% em 1968.

Como o governo Belaúnde não encontrava respaldo político dentro do congresso peruano, controlado pela coalizão APRA-UNO, sua política reformista não pode materializar-se. Sendo assim, para contornar tal situação, o governo investiu pesadamente na construção de uma infraestrutura social mínima (escolas, postos de saúde, hospitais, centros de treinamento profissionalizantes). Esses equipamentos foram edificados na região da costa, formada por Lima, Arequipa e

---

<sup>8</sup> RIVERA, Héctor Béjar. *Peru 1965: apuntes sobre una experiencia guerrillera*. Habana: Casa de las Américas, 1969, p. 138-145.

<sup>9</sup> COTLER, Julio. *Classes, estado y nación en el Peru*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1986.

outros departamentos. Enquanto a região andina, mais pobre e atrasada, recebeu menos investimentos. Essa política social desigual só agravou as diferenças sociais e regionais.

Em 1967, realizou-se em Lima, cidade que concentrava a metade do eleitorado do país, uma eleição para substituir um deputado falecido. Essa eleição adquiriu caráter plebiscitário, uma vez que o governo e a oposição aproveitaram o momento político para medir forças. Com apoio formal do jornal *La Prensa* e com o lema *no más impuestos*, o candidato da coalizão APRA-UNO venceu o postulante governista com uma ampla margem de votos. Ficou evidente que o apoio popular adquirido por Belaúnde na eleição presidencial havia desaparecido quase que por completo.

Nessa eleição de 1967, também ficaram patentes os primeiros resultados da luta pela autonomia das organizações de esquerda. Mesmo enfrentando o aparato repressivo, o apelo populista<sup>10</sup> da APRA e as promessas da Ação Popular, os partidos de esquerda se coligaram e lançaram um candidato único à vaga de deputado por Lima.

Apesar das dificuldades de articulação, apurada a eleição, a coligação de esquerda obteve 10% dos votos. Além disso, desde finais dos anos cinquenta, os trabalhadores peruanos vinham lutando para constituir uma organização sindical de dimensão nacional que fosse autônoma frente ao APRA e seu braço sindical, a Confederação dos Trabalhadores do Peru (CTP). Sendo assim, em 1967 foi formada a Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP), controlada pelo Partido Comunista Peruano.

Esta reestruturação nos acordos políticos revelou a extrema fragilidade do quadro institucional peruano. As alianças que pareciam fortes desfizeram-se. Os partidos que defendiam uma política reformista recuaram, não dimensionando o risco eleitoral que isso representava na próxima eleição presidencial. A APRA, sempre na linha de frente da oposição, distanciava-se do UNO e esboçava uma possível aliança política e administrativa com Belaúnde.

Para agravar a crise política, a Ação Popular, partido do presidente Belaúnde Terry, dividiu-se em dois grupos opostos. Isso se deu em virtude da aproximação do presidente com a APRA, até então ferrenhos inimigos, como também em consequência da inoperância e corrupção que grassavam na administração federal.

Com o desempenho eleitoral das esquerdas em 1967 e a formação da CGTP (Central Geral dos Trabalhadores Peruanos), setores populares demonstravam que, politicamente, estavam construindo canais próprios de expressão. Quanto aos setores médios da sociedade, incluindo-se também os militares, estavam descontentes com o fracasso da política reformista do governo. Essas classes médias, além de sofrerem com a espiral inflacionária que impedia ganhos materiais, esvaziaram intencionalmente os partidos reformistas moderados, como a AP e a DC, deixando o governo Belaúnde sem o necessário apoio social.

---

<sup>10</sup> O populismo enquanto fenômeno político foi submetido à várias análises interpretativas. Um(a) apontam como mera manipulação dos trabalhadores e outras como concreta ascensão das massas à política nacional. Para uma crítica aprofundada do populismo, consultar: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

As classes dominantes, divididas entre várias frações, estavam desapontadas com o governo. A fração burguesa agroexportadora, sofrendo com a queda no comércio exportador, passou a responsabilizar diretamente o governo, acusando-o de não incentivar devidamente as exportações. A fração urbano-industrial, responsável pela substituição das importações, não conseguia ampliar suas receitas em decorrência da inflação, pois a desvalorização da moeda peruana encarecia a aquisição de maquinário estrangeiro, ao mesmo tempo em que empobrecia o consumidor local.

Aproveitando a debilidade de Belaúnde, a coalização APRA-UNO, nos anos 1967 e 1968, pressionou o governo a ponto de ser nomeado, neste curto período, cinco gabinetes ministeriais. Em fevereiro de 1968, Belaúnde jogou uma cartada decisiva, com o objetivo de barrar a oposição. Nesse mês, realizou uma reforma ministerial e nomeou como ministro da Fazenda o general Morales Bermúdez. Com essa medida, o presidente almejava alcançar dois objetivos: colocar um militar respeitado nas Forças Armadas para atender ao clamor social contra a corrupção que se espalhava no seu governo e ameaçar a APRA com o espectro militar.

O general Morales Bermúdez, ao assumir o Ministério da Fazenda, tentou colocar em ordem as combalidas finanças do país. As medidas moralizadoras não passaram de aberturas de inquéritos administrativos para apurar as irregularidades e nomear militares para a fiscalização de barreiras alfandegárias nos portos, aeroportos e postos de fronteiras. Estas medidas paliativas foram inócuas diante do descalabro administrativo a que chegara o governo. Muitos militares de alta patente e funcionários do primeiro escalão estavam sendo denunciados sistematicamente pela imprensa de envolvimento com contrabando e tráfico de influência.

Com a militarização do governo, a APRA passou a temer que um golpe militar se concretizasse. Diante das denúncias de corrupção, a APRA passou a vetar sistematicamente quaisquer medidas tomadas pelo novo ministro da fazenda. Munido de documentação comprobatória, deputados apristas firmaram posição em denunciar sistematicamente os militares e assim desgastá-los perante a sociedade.

A última manobra de Belaúnde falhara. Os militares, convidados a controlar a economia do país através do ministério da fazenda, não conseguiram o necessário apoio parlamentar. Além disso, as constantes denúncias de contrabando, envolvendo militares, abriram espaço para ressentimentos entre o governo e as Forças Armadas. Com a aura de incorruptíveis desgastada e o prestígio de salvadores da pátria questionado por parlamentares, os oficiais sentiram-se ameaçados e o espírito corporativo castrense prevaleceu.

O cenário golpista estava pronto. A longa prática intervencionista dos militares peruanos tornava “quase que natural” a atitude arbitrária de deposição de um presidente e a nomeação de um general para a “redenção da pátria”. O caos político que se aproximava demonstrava que o governo Belaúnde não se sustentaria por mais tempo. O crescimento e autonomia das organizações populares apontavam para um iminente conflito social de grande envergadura. Para aqueles que conspiravam na penumbra da caserna, faltava apenas um pretexto político para desencadear a ação golpista.

Após os vetos sistemáticos ao ministro da Fazenda, Belaúnde cedeu a oposição

e destituiu o general Morales Bermúdez do ministério. Temendo um golpe militar, a APRA, visando a manutenção do pleito eleitoral do ano seguinte, estendeu a mão ao combalido governo de Belaúnde no intuito de estabelecer uma aliança que garantisse a estabilidade institucional. Desesperado por apoio, Belaúnde aceitou a proposta de aliança, principalmente em razão das dissidências sofridas pela Ação Popular e Democracia Cristã, partidos que davam sustentação parlamentar ao governo.

Com essa inesperada união entre APRA e Belaúnde, um novo gabinete foi formado. O recém empossado ministério recebeu poderes especiais por dois meses, sem ter que prestar contas ao parlamento. Mais de trezentos decretos foram emitidos. Com essa manobra, a APRA demonstrou seu poder político e julgara afastar definitivamente a ameaça golpista.

Um dos motivos centrais da crise do governo Belaúnde foi a questão do petróleo. Belaúnde havia prometido, no decorrer da sua campanha eleitoral, que nos primeiros noventa dias da gestão o estatuto da International Petroleum Company (IPC), subsidiária da empresa petrolífera norte-americana Standard Oil of New Jersey, seria revisto e a soberania peruana assegurada. Essa empresa americana detinha o controle da extração, refino e distribuição do petróleo peruano.

Logo após a posse de Belaúnde, o governo norte-americano reagiu contra a possível nacionalização da IPC. A primeira medida foi suspender o envio de recursos destinados ao país oriundos do programa Aliança para o Progresso, até que a querela entre o governo peruano e a companhia fosse solucionada.

Como a questão petrolífera envolvia temas relacionados com a segurança nacional, soberania, posicionamento anti-imperialista de esquerda e patriotismo de direita, vinha suscitando, desde a década de quarenta, acalorados debates e posicionamentos nacionalistas expressos por diversos setores sociais. Jornalistas, intelectuais, religiosos, empresários e políticos se digladiavam em torno do tema.

Em 1968, finalmente o governo Belaúnde entrou em acordo com a IPC e anunciou ao país a nacionalização das jazidas petrolíferas de Brea e Pariñas. Comunicada em 28 de julho – data da independência do Peru –, a negociação com a IPC foi apresentada como uma conquista nacionalista pelo governo. Mas, no mês de agosto, o autêntico acordo entre o governo Belaúnde e a companhia norte-americana foi revelado. O gerente geral da estatal Empresa Petroleira Fiscal (EPF) denunciou na televisão o desaparecimento da página onze do Acordo de Talara, como ficou denominado o convênio.

Nesta página extraviada, constavam os preços em dólares do petróleo que a EPF ficava obrigada a vender à IPC. De acordo com a tabela, os preços estipulados ficavam abaixo do preço de mercado, causando assim um grande prejuízo à economia do país.

Além disso, segundo o Acordo de Talara, os poços semi esgotados de Brea e Pariñas, explorados pela IPC, seriam entregues ao Peru em troca do perdão de uma dívida no valor de 144 milhões de dólares. Também o refino e distribuição de combustíveis ficariam sob o monopólio da IPC por 40 anos, e renovável por mais quatro décadas, estendendo-se o monopólio até o ano de 2048.

Para os militares golpistas, o escândalo veio a favorecer seus planos. O pouco respaldo político que Belaúnde conseguiu através do acordo com a APRA não resistiu à comprovada negociata com a IPC. Na madrugada de 3 de outubro de 1968, vários tanques de guerra e centenas de soldados das tropas especiais cercaram o Palácio presidencial e demais locais estratégicos de Lima. O plano golpista dos militares entrou em ação.

Quando os militares invadiram a Casa de Pizarro<sup>11</sup>, não encontraram resistência armada por parte da segurança presidencial. Belaúnde Terry foi feito prisioneiro e mandado, junto com a família, para o exílio na Argentina. Não houve contestação popular ao golpe. Nem os partidos políticos, fragmentados por querelas de facções, ofereceram resistência aos militares golpistas. Foi o fim lacônico para um governo que assumira o poder em 1963 com um imenso apoio popular mas, em razão de não ter colocado em prática seu plano de reforma, fracassara em todos os campos.

### **Ditadura Militar e Reformismo**

Dentro dos padrões latino-americanos em geral, e no Peru em particular, as ditaduras militares sempre tiveram origem social nas classes dominantes e um perfil conservador, frequentemente reacionário. Diferentemente desse padrão, o governo do general Juan Velasco Alvarado (1968-1975) é considerado por muitos cientistas sociais, peruanos e estrangeiros, como nacionalista e progressista<sup>12</sup>.

As realizações reformistas colocadas em prática no decorrer do governo Alvarado têm raízes profundas, que foram além do reformismo compartilhado por vários partidos políticos peruanos, que atuavam no país desde a década de cinquenta. Estes matizes reformistas permeavam a sociedade peruana – especialmente as camadas médias e populares – desde os anos trinta, quando surgiu a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), entidade com pretensões supranacionais que, posteriormente, transformou-se em partido político com um programa reformista bastante avançado para a época.

Por várias razões políticas e sociais, os militares peruanos denominaram os partidários da APRA como os principais opositores da estabilidade social do país. Acusando-os de populistas e demagogos, os militares simultaneamente desprezavam o conteúdo programático progressista proposto pela APRA, assumindo assim uma postura facilmente identificada com o autoritarismo e a subserviência aos interesses mais conservadores das classes dominantes do Peru<sup>13</sup>.

Como veremos a seguir, uma longa e tortuosa trajetória foi percorrida pelos militares até que, no final da década de sessenta, uma ideologia reformista constituísse parte fundamental do pensamento do grupo militar peruano que assumiu o poder a partir de 1968. Pontos programáticos idênticos aqueles historicamente defendidos pela APRA foram incorporados pelo governo do general Velasco Alvarado.

Depois do fim da II Guerra Mundial, um novo tipo de militar passou a exercer liderança dentro das Forças Armadas peruanas: o oficial intelectual. Estes oficiais,

---

<sup>11</sup> Palácio Presidencial e sede do governo peruano.

<sup>12</sup> LETTS, Pumaruna. *Peru: mito de la revolucion militar*. Caracas: Barbara, 1971, p. 150-152.

<sup>13</sup> SAMANEZ, Teresa Tovar. *Velasquismo y movimiento popular*. Lima: DESCO, 1982, p. 135.

que haviam frequentado a Escola Superior de Guerra e fizeram pós-graduação na França ou Estados Unidos, atuavam em funções de Estado Maior e nos serviços de informações.

Com o surgimento da Guerra Fria e a bipolarização do mundo entre o bloco comunista e o bloco capitalista, os militares peruanos ligados aos serviços de inteligência passaram a atuar, no âmbito interno do país, como detectores dos “focos” comunistas”. A estes oficiais não cabia apenas a função de identificar o “inimigo interno”, como também elaborar uma melhor maneira de combatê-lo.

Nessa luta contra a subversão da ordem social, a ideologia militar ampliou as áreas de interesse de estudos. Não bastava encontrar e neutralizar “o inimigo interno” com informações claras e objetivas. Também seria necessário identificar as razões sociais e políticas que propiciavam o surgimento desses inimigos. Para que tal análise pudesse acontecer, os intelectuais militares passaram a organizar seminários para discussão dos problemas econômicos, sociais e políticos do país com os altos oficiais. Com isso iniciaram a reelaboração e adaptação da Doutrina de Segurança Nacional às condições socioeconômicas do Peru.

A partir das análises elaboradas pelo CAEM (Centro de Altos Estudos Militares), a concepção de segurança nacional passou a ser relacionada com propostas nacionalistas e desenvolvimentistas. Nesse centro de estudos, organizado e dirigido inicialmente pelo general José del Carmen Marín, o eixo norteador das interpretações estava baseado nas análises da Comissão Econômica para a América latina (CEPAL), órgão de planejamento da ONU, que elaborou novos conceitos para explicar a situação econômica e social do continente<sup>14</sup>.

Termos como “atraso econômico”, “subdesenvolvimento”, “dependência” e “centro-periferia”, foram amplamente empregados pelos comunicados do CAEM a respeito da situação social e econômica do Peru. Os altos oficiais das três armas (Marinha, Exército e Força Aérea) que passaram pelos cursos da CAEM tiveram contato com as reflexões desenvolvimentistas e deduziram que, para “combater os subversivos e eliminar o perigo comunista” seria necessário desenvolver minimamente o país.

Com o aprofundamento do reformismo militar nos anos sessenta, elaborado teoricamente pelo CAEM a partir da doutrina de guerra total, chegando à concepção de guerra contrarrevolucionária, depois de passar pelo desenvolvimentismo e nacionalismo, ficou evidente para os militares que as condições objetivas para a emergência de uma guerrilha comunista existiam no Peru e precisavam ser eliminadas.

Atraso econômico e pauperismo social eram pré-condições indispensáveis para o acirramento das contradições sociais e as conseqüentes radicalizações políticas. Sendo assim, as reformas sociais preventivas foram defendidas pelos militares como medidas fundamentais no combate ao “perigo comunista”.

A partir de 1963, com o crescimento das lutas sociais no campo, a reforma agrária passou a ser ponto principal nas formulações programáticas dos partidos peruanos. Não sendo efetuada no governo Belaúnde, a bandeira da reforma agrária aguçou as reivindicações, reforçando a argumentação do setor reformista militar no que se

---

<sup>14</sup> BERUFF, Jorge Rodriguez. *Los militares y el poder*. Lima: Mosca Azul, 1983, p. 58-60.

refere à necessidade da sua concretização num curto espaço de tempo.

Logo após a eliminação dos grupos guerrilheiros em 1965, os militares perceberam, na prática, a necessidade de uma política reformista que eliminasse as péssimas condições de vida da população do país – principalmente a rural – e lançasse o país ao desenvolvimento capitalista. O reformismo militar, forjado nos cursos do CAEM e implantado a partir do golpe de outubro de 1968, começou a tomar corpo e adquirir um caráter de panaceia geral para os problemas estruturais que afetavam o Peru.

## **O Plano Inca**

Em abril de 1968, o general Velasco Alvarado havia desencadeado o processo conspiratório. Juntamente com um grupo de coronéis que havia servido sob seu comando no Serviço de Inteligência do Exército, Velasco Alvarado começou a elaborar um plano alternativo de governo, denominado Plano Inca. Na primeira versão, o Plano Inca respaldava o governo Belaúnde, desde que o poder político das Forças Armadas fosse ampliado.

Em pouco tempo, essa primeira versão do Plano Inca foi abandonada. O processo de enfraquecimento e desmoralização do governo Belaúnde avançava rapidamente. Uma gestão do país compartilhada entre o governo Belaúnde e as Forças Armadas não teria o alcance almejado pelos militares conspiradores. Sendo assim, o Plano Inca assumiu o programa reformista de Belaúnde e o radicalizou. Essa nova versão do plano foi direcionada no sentido de que a sua implantação só seria viável mediante a condução do país pelos militares.

Reforma nas empresas, reforma agrária, reforma fiscal, reforma no sistema bancário e reforma no aparato estatal. Estes eram os cinco pontos principais do Plano Inca. Pontos elaborados a partir do programa do Movimento Social Progressista, partido político inexpressivo eleitoralmente, mas de forte influência nos meios militares. Unidos de um plano de desenvolvimento para o país, os oficiais golpistas passaram à militarização do Estado.

Em 9 de outubro de 1968, dia seguinte ao golpe, o general Velasco Alvarado divulgou, através de mensagem radiofônica, a ocupação militar das instalações da IPC: “Desta maneira, as Forças Armadas, em estreita irmandade com a população civil, têm cumprido novamente com seu dever e têm estabelecido as bases para a restauração da soberania nacional”<sup>15</sup>. Com essas palavras, de forte apelo patriótico e de tonalidade grandiloquente, o general Velasco encerrou seu comunicado e deu início ao mais profundo processo de reformas estruturais no Peru. A população limenha foi às ruas da capital para comemorar essa medida, reivindicada há décadas pelos setores nacionalistas.

O Partido Comunista Peruano (PCP), o partido Ação Popular (AP), a Democracia Cristã (DC) e o partido União Nacional Odrista (UNO) lançaram documentos de apoio à nacionalização da empresa. Essas agremiações, que iam da esquerda à direita, passando pelo centro do cenário político, aproveitaram o súbito respaldo popular do governo militar para se fortalecerem.

---

<sup>15</sup> KRUIJT, Kirk. *La revolución por decreto*. Lima: Mosca Azul, 1987, p. 136.

Com a intervenção militar na IPC, o governo de Velasco legitimava a interferência dos militares na política nacional, ao mesmo tempo em que neutralizava o desgastado discurso reformista da APRA, que proclamava a necessidade de reformas, mas havia obstaculizado, no parlamento, todas as tentativas reformistas empreendidas por Belaúnde Terry.

Rapidamente a expropriação da IPC alcançou dimensão política internacional. Pela primeira vez na história peruana, tropas militares ocupavam instalações de uma empresa multinacional e asseguraram sua nacionalização. Em consequência da pressão estrangeira, o general Velasco Alvarado passou a repetir exaustivamente que a atitude do governo militar com relação a IPC seria único, pois não ocorreria com outras empresas internacionais que atuavam no país.

Com a estatização da IPC, a reação do governo norte-americano foi imediata. Pressionada pela IPC, a Casa Branca deu prazo de seis meses para que o “justo preço” pela expropriação fosse pago à companhia. Caso não cumprisse o determinado, o governo americano iria aplicar ao Peru a Emenda Hickenlaper, que consistia na suspensão da ajuda financeira e fim da compra do açúcar peruano por parte dos Estados Unidos.

As atenções da América Latina voltaram-se inteiramente para o novo governo peruano. A decisão de nacionalizar uma empresa norte-americana e a crise diplomática gerada entre os dois governos criou uma expectativa de rebeldia no continente latino-americano, que não se via desde a Revolução Cubana. Diante da resistência dos militares em ceder à pressão, o governo de Washington enviou um emissário, general da reserva e conhecedor da língua espanhola.

Com a chegada do enviado norte-americano, o grupo de oficiais reformistas e setores sociais que apoiaram a nacionalização da IPC passaram a encarar a aceitação de um negociador privilegiado como indício de vacilação do governo militar. Imediatamente, Velasco Alvarado enrijeceu o discurso e mobilizou habilmente a opinião pública em seu favor. Nos bastidores, a diplomacia comportou-se com eficiência, convencendo o governo de Washington do caráter único e excepcional da nacionalização. Com isso, o governo militar tranquilizou o capital internacional e adiou a aplicação da Emenda Hickenlaper.

Em 1970, o presidente Velasco Alvarado abriu em Lima a Conferência Anual da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Em seu discurso, Velasco afirmou que, ao interferir na dinâmica interna dos países latino-americanos, a política externa norte-americana prejudicava o bom relacionamento entre os países. Este eixo de análise, influenciado pelo pensamento cepalino, deu destaque ao vínculo direto existente entre o “subdesenvolvimento dos países do continente” e a “dependência” externa.

A segunda medida reformista consistiu na decretação das 200 milhas marítimas como mar territorial peruano. Esse ato também tornou-se ponto de atrito com o governo norte-americano. Isso se deu porque navios pesqueiros californianos, que atuavam na costa do Peru, não respeitaram o limite estabelecido, sendo capturados pela guarda costeira e obrigados a pagarem multa.

O forte grupo pesqueiro californiano protestou contra o governo peruano e solicitou da casa branca a aplicação da Emenda Pelly, que consistia na supressão

da ajuda militar. Como se não bastasse, também propôs que fosse suspensa a compra de todos os produtos pesqueiros advindos do Peru. Se essas medidas fossem tomadas, afetariam significativamente as exportações peruanas. Mesmo com as ameaças, o governo militar foi irredutível.

Em consequência dessas medidas nacionalistas implantadas e intensa propaganda, o governo de Velasco Alvarado encontrou respaldo nos setores subalternos da sociedade. Com o sucesso da política exterior, particularmente nos embates com o governo norte-americano, os investidores estrangeiros e seus sócios nacionais passaram a agir com cautela no que se refere aos investimentos de capitais, temendo uma medida mais intervencionista do governo militar.

O ambiente político no Peru estava elétrico. Os setores reformistas, entusiasmados com as medidas nacionalistas aguardavam, ansiosos, as reformas estruturais. Desta forma, um clima de expectativa atingiu todos os setores sociais, que passaram a observar atentamente os próximos passos do governo militar para se posicionar.

Após a nacionalização da IPC, o governo de Velasco Alvarado criou uma estatal (PetroPerú) para monopolizar a extração, refino e distribuição de derivados do petróleo. Logo em seguida, o Ministério das Minas e Energia adquiriu grande parte das empresas produtoras de eletricidade e incorporou o complexo mineiro Cerro de Pasco, que atuava no país desde 1902. Também nacionalizou o comércio de exportação de cobre, criando a empresa MinerioPerú e, por último, refez as concessões das minas que não eram exploradas.

No setor industrial, o governo Velasco Alvarado decretou, em 1970, a Lei de Indústrias, passando para o Estado a exclusividade da produção de insumos básicos: cimento, aço, química, papel e eletricidade. Simultaneamente, criou a Empresa Indústrias do Peru (EIP), responsável pelo planejamento e execução das instalações das empresas industriais, fornecendo a infraestrutura básica necessária.

No setor de transporte de cargas, o governo assumiu totalmente as linhas férreas que atravessavam o país. Não houve nenhum protesto por parte do capital internacional, pois a empresa britânica responsável pelo sistema ferroviário estava falida e as dívidas eram superiores ao patrimônio expropriado. No setor de comunicações, o governo militar negociou com a importante multinacional International Telephone and Telegraph (ITT) a aquisição de 51% do seu capital. Também no ramo das telecomunicações, o governo militar formou uma empresa mista com o capital estrangeiro para a confecção de equipamentos.

No setor financeiro, o Estado passou a ter uma forte presença. Centralizou a atividade econômica do país em torno do Banco da Nação. Através dessa instituição estatal, incorporou uma parcela significativa do capital estrangeiro que circulava no Peru, limitou a participação do capital internacional em apenas 20% dos ativos bancários e proibiu que as filiais de bancos internacionais abrissem sucursais e fizessem poupança interna. O governo Alvarado criou a Corporação Financeira de Desenvolvimento (CFD), responsável pelo financiamento interno e externo do Estado.

Também foi criada uma empresa centralizadora de seguros, que passou a controlar a circulação de moedas estrangeiras. Ela impôs o controle de câmbios e exigiu dos órgãos financeiros privados a repatriação dos capitais peruanos que estavam no exterior.

Com essas medidas estatizantes e centralizadoras, o governo militar almejava catalisar recursos para promover o desenvolvimento da indústria nacional. Desta maneira, o Estado peruano tornou-se o órgão financeiro de maior importância do país. Através dessas empresas estatais, o governo passou a controlar 65% do capital financeiro existente no Peru<sup>16</sup>.

Em consequência das lutas camponesas, o problema agrário adquiriu caráter prioritário durante o governo de Velasco Alvarado. A cúpula militar no poder, que havia combatido a guerrilha rural no começo da década, entrara em contato com a realidade miserável da zona rural.

Nas análises do quadro socioeconômico peruano, os militares chegaram à conclusão da premência de uma reforma agrária que possibilitasse o fim do “atraso rural”, ao mesmo tempo em que elevasse as condições sociais dos camponeses e neutralizasse a ação dos grupos de esquerda. Dentro desta perspectiva, os militares reformistas elevaram o problema agrário ao primeiro plano, pois era uma questão que estava diretamente vinculado com a segurança nacional.

Em 24 de junho de 1969, *Dia del Indio*, ao final de intenso debate entre “modernizadores” e “reformistas” integrantes do governo militar, foi anunciado o plano de reforma agrária. A proposta mais radical foi acatada. Repetindo a frase do líder indígena Tupac Amaru, líder da rebelião camponesa no século XVIII: “¡Campesino, el patrón ya no comerá más de tu pobreza!”, o general Velasco Alvarado anunciou o programa nacional de distribuição de terras<sup>17</sup>.

A partir desse pronunciamento contundente, tropas militares ocuparam os complexos açucareiros que estavam nas mãos de empresas estrangeiras e da burguesia peruana. Esta atitude demonstrava, no primeiro momento, a firme determinação do governo em romper os entraves ao desenvolvimento capitalista no meio rural, como também objetivava neutralizar uma possível reação da burguesia peruana ao processo de reforma agrária.

O impacto político de tropas federais ocupando complexos agroindustriais na costa do país foi decisivo para o crescimento do prestígio do general Velasco Alvarado. Eliminando os entraves agrícolas no país, dando o golpe de misericórdia na combatida estrutura agrária arcaica, o governo militar julgava eliminar a oposição que surgisse no interior das classes dominantes.

Ao mesmo tempo, a reforma agrária atendia uma antiga reivindicação da classe camponesa, que lutava por terra há vários séculos. Além disso, os trabalhadores dos complexos agroindustriais, desde a década de trinta, constituíram a principal base social organizada da APRA. Com a reforma agrária e a transformação das empresas agrícolas em cooperativas administradas pelos trabalhadores, o governo militar almejava acabar com os núcleos apriistas existentes.

Mesmo com a expropriação de muitas empresas estrangeiras, o governo dos Estados Unidos encarou o programa de reforma agrária como progressista e dentro dos princípios capitalistas, pois obedecia os parâmetros defendidos pela Aliança Para o Progresso. Isso se deveu, principalmente, à forma pela qual ocorreu

---

<sup>16</sup> COTLER, *Classes, estado...*, p. 204-230.

<sup>17</sup> KRUIJT, *La revolución...*, p. 79.

a indenização das empresas nacionalizadas. As instalações e maquinário foram pagas pelo Tesouro Nacional. E quanto às terras expropriadas, o governo forneceu bônus que seriam resgatados no prazo de vinte ou trinta anos, não importando se a empresa era nacional ou estrangeira.

Apesar do tom radical do discurso do general Velasco Alvarado, a centralização e burocratização do processo de reforma agrária ocasionaram problemas políticos de sérias consequências para a estabilidade do governo militar. A formação de empresas cooperativas obedecia ao critério de transferência do controle decisório para o conjunto dos trabalhadores.

Mas estas cooperativas ficavam dependendo do corpo de técnicos do governo, financiamento estatal das safras e aquisição de insumos pelo Estado. Com essas medidas de controle, o governo militar objetivava tutelar o processo de reforma e funcionamento das cooperativas. Essa postura autoritária provocou descontentamento da classe trabalhadora e início da resistência.

Com o desenrolar dos acontecimentos, a reforma agrária foi mostrando seus limites. Ao término do processo, apenas cerca de 25% da população rural havia sido beneficiada com a distribuição de terras. Isto ocorreu em consequência do objetivo principal da reforma, pois com a perspectiva de incrementar as exportações e incrementar o desenvolvimento do capitalismo no campo e incentivar as exportações, as unidades agropecuárias expropriadas mantiveram-se íntegras na formação das cooperativas. Esta atitude prolongou a profunda pobreza existente entre os camponeses.

Os trabalhadores rurais incorporados às cooperativas agroindustriais da região da Costa foram beneficiados com um excedente produtivo muito maior que aquele conseguido pelos camponeses que passaram a fazer parte das cooperativas de fazendeiros da região da Serra, onde ainda predominavam relações de produção pré-capitalistas. Segundo Cotler, “28% da população agrícola, que trabalhava nos centros açucareiros, estavam capacitados em receber cerca de 34% do excedente agrícola”<sup>18</sup>.

Com o objetivo de aglutinar as forças políticas que apoiavam o governo militar, foi criado, em 1971, o Sistema Nacional de Mobilização Social (SINAMOS). Esse órgão aglutinava oito entidades estatais. Quatro delas eram escritórios nacionais: Escritório Nacional para os Povos Jovens, Escritório Nacional de Cooperativas, Escritório Nacional de Comunidades Camponesas e Fundo Nacional para o Desenvolvimento Regional. E quatro direções departamentais: Direção Geral de Assuntos Comunais, Direção de Organizações Camponesas, Direção de Formação da Reforma Agrária, Direção de Comunidades Camponesas. Com essa estrutura capilarizada, o SINAMOS incorporou cinco mil funcionários públicos efetivos e mais três mil foram contratados<sup>19</sup>.

Apesar do forte apelo popular e alguns indícios de autêntico interesse em organizar os movimentos populares, o SINAMOS expressou a orientação vertical e autoritária, marcas inquestionáveis do governo militar. Por isso, a estruturação

---

<sup>18</sup> COTLER, *Classes, estado...*, p. 137.

<sup>19</sup> SAMANEZ, *Velasquismo y movimiento...*, p. 69.

do SINAMOS no país deu-se mediante a divisão em oito regiões de atuação, que coincidia intencionalmente com a divisão em áreas militares.

Cada comandante da região militar era, respectivamente, chefe regional do SINAMOS. A fusão do Estado-Maior das regiões militares e remanescentes das esquerdas que integravam o SINAMOS criou vários pontos de atrito, reforçados por anos de mútua desconfiança. Com o passar do tempo, a prática assistencialista adquiriu importância capital no direcionamento político do SINAMOS.

A posição que o SINAMOS passou a ter frente aos movimentos sociais, particularmente os camponeses e os favelados, foi de extrema delicadeza. Visto pela direita como um órgão estatal conduzido por comunistas e encarado pela esquerda como uma organização “criptofascista”, o SINAMOS nunca foi definido como o órgão neutro. Na sua função de mobilizador de forças populares, foi paulatinamente ampliando o número de opositores entre os partidos políticos tradicionais.

Mesmo enfrentando um forte processo de cooptação através dos organismos estatais, os movimentos sociais não se submeteram totalmente ao controle militar. A partir de 1970, os movimentos sociais organizados demonstraram autonomia e realizaram várias greves. O Partido Comunista Peruano (PCB), que controlava a Central Geral dos Trabalhadores do Peru e mantinha uma posição ambígua com relação ao governo militar, sentiu a necessidade política de radicalizar sua postura, sob o risco de perder espaço para a Central dos Trabalhadores Peruanos (CTP), controlada pela APRA. Dessa forma, várias greves começaram a ocorrer pelo país, inicialmente envolvendo professores, bancários e trabalhadores rurais e, posteriormente, atingindo outras categorias.

A categoria dos professores foi a que desenvolveu maior resistência ao governo militar. Através do SUTEP (Sindicato Único de Trabalhadores da Educação Peruana), que congregava cerca de 120.000 membros, um forte movimento de oposição foi iniciado, principalmente para impedir a efetivação da reforma educacional que, dentro da lógica militar, deveria ser posta em prática burocraticamente, sem consultar a comunidade envolvida. Em virtude da penetração que os professores possuíam na sociedade peruana, seu movimento cresceu a ponto de envolver outras categorias, e com isso neutralizar a ação política do SINAMOS.

O processo de reformas foi, no entender da burguesia peruana, muito radical, dificultando a operacionalidade do desenvolvimento capitalista. Para as classes subalternas, as reformas alentaram com um amplo leque de possibilidades e não foram contemplados pelo governo. Com isso, a contestação social, particularmente em Lima, foi tomando uma dimensão alarmante, fugindo ao controle dos militares reformistas.

Os limites institucionais do reformismo imposto pelos militares levaram a uma crise política que culminou na derrubada do desprestigiado general Velasco Alvarado em 1975 e sua substituição de general Morales Bermúdez.

## **Considerações finais**

Em poucos anos de aplicação, o projeto reformista do governo militar começou a naufragar. A proposta de recuperação do ideário incaico de sociedade “nem

capitalista nem socialista” foi aniquilado pela dura realidade da luta de classes no Peru. O intuito em desenvolver o país através de decretos emitidos por um grupo de militares e tecnocratas não foi suficiente para superar os antagonismos sociais aguçados por uma economia frágil e fortemente vinculada ao mercado exterior<sup>20</sup>.

A concentração de renda, favorecendo as classes privilegiadas, continuou sendo a regra da sociedade peruana. Com as nacionalizações feitas pelo governo militar, a burguesia peruana ampliou sua participação no acúmulo de capitais e os setores populares continuaram subalternos no processo econômico e social.

Diante da retomada da inflação, a greve tornou-se único elemento de manutenção o poder real do salário das classes trabalhadoras, sendo usada em larga escala. Com o recrudescimento dos movimentos sociais no campo e na cidade, durante o último ano do governo Velasco Alvarado, ficou evidente que o processo reformista havia estancado. O “modelo peruano” de desenvolvimento chegara ao fim.

A crise econômica que envolveu o governo de Velasco Alvarado nos primeiros anos da década de setenta precipitou a ruptura definitiva da burguesia peruana com o reformismo militar. Como a reforma agrária atingiu apenas 25% dos camponeses peruanos, o processo migratório continuou fazendo crescer os centros urbanos, particularmente Lima, capital do país e palco das principais greves e manifestações populares.

A atuação do SINAMOS nas favelas não suportou a incorporação dos novos contingentes populares, carentes de moradia, emprego, saúde e educação. O surto inflacionário mobilizou os setores organizados e desorganizados da sociedade, através de sindicatos, associações e partidos políticos. O apoio social que o governo militar havia adquirido nos primeiros anos de ditadura foi perdendo força e capilaridade. A burguesia peruana, percebendo as ambiguidades do governo Velasco, alertou aos setores militares com uma possível ruptura social de grande envergadura.

A política de conciliação de classes, intermediada pelo Estado através do cooperativismo, não teve sucesso. Os diversos órgãos estatais criados para atender aos anseios da população carente não foram suficientes para superar as condições de miséria e exploração das classes subalternas peruanas.

Por outro lado, o fato do estado haver assumido o papel de principal investidor na economia para “modernizá-la” nos moldes capitalistas causou um déficit orçamentário de grande envergadura, gerando uma espiral inflacionária que suspendeu o processo desenvolvimentista e corroeu o poder aquisitivo dos trabalhadores.

Com o recrudescimento da crise econômica e social, no dia 29 de agosto de 1975 houve o golpe dentro do golpe. Os comandantes das regiões militares obrigaram o general Velasco Alvarado a renunciar. Depois de quase sete anos na presidência, Alvarado se viu alijado do poder. No seu lugar, os militares colocaram o general Morales Bermúdez, que deu início ao desmonte das reformas e redirecionou o Estado no sentido de controlar efetivamente os conflitos sociais que haviam se

---

<sup>20</sup> VASCONCELOS, Lúcio Flávio. *Guardiões da ordem: militares e política na história peruana*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2001, p. 121.

expandido nos últimos anos.

Com o general Morales Bermúdez no poder, duas principais medidas foram tomadas. Em primeiro lugar, teve início o processo de abertura política, para que os partidos políticos retomassem seu papel de canais de manifestação dos setores sociais insatisfeitos. Em segundo, houve um ajuste na economia, com a diminuição do papel do Estado. As medidas reformistas seriam corrigidas e a economia do país se voltaria para um modelo de crescimento com controle dos gastos públicos assistenciais.

Durante o governo do general Morales Bermúdez (1975-80), o setor reformista dos militares foi neutralizado, com remoções e perda de funções dos oficiais ligados ao general Velasco Alvarado. Os civis de esquerda que exerciam cargos estratégicos foram isolados. Todos os órgãos estatais criados para promover o envolvimento dos setores subalternos da sociedade foram, paulatinamente, esvaziados de suas atribuições. Com essas medidas, o reformismo autoritário chegou ao fim.



## RESUMO

No Peru, a partir de 1963, o processo de recuperação de terras generalizou-se por todo o país. Sob o lema “Tierra o Muerte”, mais de 300 mil comuneros, colonos e trabalhadores rurais passaram a ocupar as grandes propriedades, inclusive aquelas consideradas produtivas. Alegando que uma “revolução comunista” estava em andamento, os latifundiários peruanos passaram a exigir do governo que fossem acionados os mecanismos repressivos. Foi dentro desse contexto de polarização política que ocorreu a experiência do reformismo autoritário peruano. Esse artigo pretende analisar como se deu o processo de práticas reformistas durante a vigência da ditadura militar peruana, sob o governo do general Velasco Alvarado (1968-1975), e suas consequências sociais, políticas e econômicas para a sociedade peruana. Esse trabalho se coloca no campo da História Política, e será desenvolvido, principalmente, através de revisão bibliográfica.

**Palavras Chave:** Camponeses; Peru; Ditadura.

## ABSTRACT

In Peru, from 1963 onwards, the recovering process of lands generalized throughout the country. Under the motto “Tierra o Muerte”, more than 300 thousand comuneros, colonists and rural workers had come about to occupy the major properties, included those considered unproductive. By alleging that a “communist revolution” was on going, the Peruvian owners of latifundia demanded to put in action repressive mechanisms from the government. It was within this context of policy polarization that took place the experience of the Peruvian authoritarian reformism. This paper aims at analysing how the process of reformist practices occurred during the validity of the Peruvian military dictatorship, under the government of the general Velasco Alvarado (1968-1975), and their economic, political and social consequences for the Peruvian society. This work is placed in the field of Political History, and will be developed primarily through literature review.

**Keywords:** Peasants; Peru; Dictatorship.

Artigo recebido em 29 nov. 2014.

Aprovado em 21 fev. 2015.